



Termos de Referência: terceiro Convite à
Apresentação de Propostas

Iniciativa Urban Innovative Actions

15/12/2017 – 30/03/2018



Índice

1. Introdução.....	3
2. Autoridades elegíveis – Quem pode candidatar-se	4
3. Temática abrangida pelo terceiro Convite à Apresentação de Propostas.....	10
4. Princípio de financiamento	22
5. Criação e desenvolvimento de projetos	23
6. Processo de candidatura.....	26
7. Processo de seleção	27
8. Contratação pública, auditorias e auxílio estatal.....	31
9. Como obter assistência.....	32
10. Datas principais	33

1. Introdução

Tal como indicado no artigo 8.º do Regulamento do FEDER¹, este programa pode apoiar ações inovadoras na área do desenvolvimento urbano sustentável. Neste quadro, a Comissão Europeia lançou a Iniciativa Urban Innovative Actions (UIA) com o fim de identificar e testar novas soluções que abordem questões relacionadas com o desenvolvimento urbano sustentável e sejam relevantes a nível da União.

Assim, o objetivo primordial da Iniciativa UIA é disponibilizar às autoridades urbanas, em toda a Europa, espaço e recursos para testarem ideias arrojadas e ainda não comprovadas que visem resolver desafios interligados e experimentar de que modo respondem à complexidade da vida real. Os projetos apoiados deverão ser inovadores, de boa qualidade, concebidos e implementados com o envolvimento de parceiros fundamentais, orientados para resultados e transferíveis.

As autoridades urbanas devem aproveitar a oportunidade proporcionada pela Iniciativa UIA para irem mais longe do que “projetos normais” (que podem ser financiados através de fontes de financiamento “convencionais”, incluindo Programas FEDER mais gerais) e arriscarem transformar ideias ambiciosas e criativas em protótipos que possam ser testados em contextos urbanos reais. Por outras palavras, a Iniciativa UIA pode apoiar projetos-piloto que acarretem riscos excessivos para serem financiados através de fontes de financiamento tradicionais, desde que sejam altamente inovadores e experimentais.

A Iniciativa UIA dispõe de um orçamento global do FEDER de cerca de 372 milhões de EUR.

Os projetos UIA serão selecionados através de Convites à Apresentação de Propostas anuais entre 2015 e 2020 sobre um ou mais tópicos propostos pela Comissão. Cada ação pode receber até 5 milhões de EUR de cofinanciamento do FEDER. A implementação do projeto deve ter lugar dentro de um período máximo de 3 anos². Não existe qualquer montante ideal para os orçamentos dos projetos UIA. Os projetos de pequena escala (ou seja, inferiores a 1 milhão de EUR pedido ao FEDER) podem ter uma probabilidade reduzida de serem selecionados, uma vez que poderão ter mais dificuldade em demonstrar que as ações são de escala suficiente para produzir conclusões significativas. Por outro

¹ Regulamento n.º 1301/2013 do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:32013R1301>

² Em casos excecionais e devidamente justificados, os projetos podem sofrer uma extensão no máximo de 1 ano

lado, os projetos que envolvam custos de investimento significativos, em particular no final do período de execução, devem demonstrar que os custos se adequam à finalidade e se justificam plenamente.

A Iniciativa UIA é um instrumento da União Europeia e é gerida pela DG da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia (CE) em regime de gestão indireta. Para a implementação da Iniciativa, a Comissão nomeou a Région Hauts-de-France³ como Entidade Responsável (ER). Para a gestão da Iniciativa, foi estabelecido um Secretariado Permanente (SP)⁴.

Através dos presentes Termos de Referência, a Entidade Responsável convida autoridades elegíveis para que apresentem propostas de projetos no quadro do terceiro Convite à Apresentação de Propostas. Foi atribuído a este Convite à Apresentação de Propostas um orçamento indicativo entre 80 a 100 milhões de EUR.

O presente documento estabelece os requisitos e o processo a seguir para o terceiro Convite à Apresentação de Propostas. Deve ser lido em conjunto com as Diretrizes da UIA e as diretrizes sobre os Formulários de Candidatura, publicadas no sítio Web da UIA e atualizadas no âmbito do terceiro Convite à Apresentação de Propostas.

2. Autoridades elegíveis – Quem pode candidatar-se

O artigo 2.º da UIA estabelece que as seguintes autoridades podem candidatar-se a apoio para a realização de Ações Urbanas Inovadoras:

- Qualquer autoridade urbana de uma unidade administrativa local definida de acordo com o grau de urbanização enquanto cidade, vila ou subúrbio composto de pelo menos 50 000 habitantes
- Qualquer associação ou agrupamento de autoridades urbanas de unidades administrativas locais definidas de acordo com o grau de urbanização enquanto cidade, vila ou subúrbio composto de pelo menos 50 000 habitantes; podem incluir-se aqui associações ou agrupamentos transfronteiriços, bem como associações ou agrupamentos em regiões e/ou Estados-Membros diferentes

³ Anteriormente Região Nord-Pas de Calais

⁴ Estão disponíveis informações e dados de contacto do Secretariado Permanente aqui: <http://www.uia-initiative.eu/en/about-us/meet-team>

Somente autoridades urbanas elegíveis, tal como definidas no artigo 2.º do Ato Delegado, podem apresentar um Formulário de Candidatura no quadro de um Convite à Apresentação de Propostas de UIA.

A definição de Unidades Administrativas Locais (UAL), assim como a classificação de acordo com o grau⁵ de urbanização e as estatísticas relativas ao número de habitantes, baseiam-se em informações facultadas pelo Eurostat no **Quadro de Correspondência LAU2-NUTS2010, EU28 (2012)**⁶. Este quadro será adotado pelo SP da Iniciativa UIA como principal documento de referência para a verificação da elegibilidade. Os candidatos são convidados a consultar o Quadro de Correspondência para verificar a sua elegibilidade e obter informações relativas às UAL incluídas nas suas fronteiras administrativas, bem como as estatísticas relativas ao número de habitantes.

As secções seguintes apresentam informações adicionais circunstanciadas sobre a elegibilidade das autoridades urbanas.

2.1 Os candidatos elegíveis no âmbito da primeira categoria são:

- Municípios/câmaras municipais cujas fronteiras administrativas correspondam a uma única UAL. Neste caso, a UAL será classificada como cidade, vila e subúrbio, de acordo com o grau de urbanização (código 1 e/ou 2 do Quadro de Correspondência - coluna Grau de Urbanização) e deverá ter pelo menos 50 000 habitantes.
- Municípios/câmaras municipais cujas fronteiras administrativas incluam várias UAL. É o caso de municípios/câmaras municipais em Portugal, Reino Unido, Irlanda, Grécia, Malta e Letónia, em que a definição de UAL do Eurostat não corresponde a municípios/câmaras municipais, mas a unidades inframunicipais (freguesias) ou unidades estatísticas (círculos eleitorais). Neste caso, o município/câmara municipal só poderá ser elegível se tiver um total de 50 000 habitantes e se a maioria dos habitantes (mais de 50%) residir em UAL classificadas como cidades, vilas e subúrbios, de acordo com o grau de urbanização (código 1 e/ou 2 do Quadro de Correspondência - coluna Grau de Urbanização).

⁵ A definição de Unidades Administrativas Locais e do grau de urbanização encontram-se disponíveis aqui: <http://ec.europa.eu/eurostat/web/nuts/local-administrative-units> ; http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Glossary:Degree_of_urbanisation

⁶ O Quadro de Correspondência LAU2-NUTS2010, EU28 (2012) pode ser descarregado aqui: <http://ec.europa.eu/eurostat/web/nuts/local-administrative-units>

- Aglomerações organizadas que sejam uma associação/agrupamento de autoridades urbanas e satisfaçam os critérios seguintes:
 - Serem oficialmente reconhecidas, no âmbito da legislação nacional, como um nível de administração local (diferente do nível regional e provincial) com a obrigação de os municípios/câmaras municipais integrarem a organização supramunicipal (por conseguinte, não se incluem nesta categoria as associações que sejam constituídas a título voluntário para um fim específico e/ou com uma duração limitada)
 - Serem exclusivamente constituídas por municípios/câmaras municipais (não se incluem, portanto, nesta categoria associações que compreendam outras instituições, tais como universidades, câmaras de comércio, etc.)
 - Terem competências específicas, definidas na legislação nacional e delegadas pelos municípios envolvidos, em matéria de políticas pertinentes para o projeto UIA. As associações são convidadas a apresentar uma referência exata ao regime jurídico nacional. A aglomeração organizada deve ter competências específicas em matéria de conceção e execução em domínios relacionados com as políticas pertinentes para o projeto UIA.
 - Terem uma estrutura política (com representação indireta dos municípios participantes) e administrativa (uma equipa dedicada) específica

São exemplos de aglomerações organizadas no quadro da Iniciativa UIA os seguintes:

- França: Métropoles, Communautés Urbaines, Communautés d'Agglomération e Communautés de Communes
- Itália: Città Metropolitane e Unione di Comuni
- Alemanha: Landkreise
- Espanha: Mancomunidades e Area Metropolitana Barcelona
- Reino Unido: Autoridades Combinadas
- Portugal : Comunidades Intermunicipais (CIMs)

Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) cujas parcerias são constituídas exclusivamente por autoridades urbanas (tal como acima definidas) e com competências específicas para a concepção e a implementação de políticas relevantes para a Apresentação de Propostas de UIA, consideradas como aglomerações organizadas e assim elegíveis para candidatura no quadro da Apresentação de Propostas de UIA como Autoridades Urbanas Principais ou Associadas. Os AECT cujas

parcerias incluam outras organizações (designadamente Estados-Membros, autoridades regionais, associações, universidades, etc.) não são considerados como aglomerações organizadas e, por conseguinte, não podem candidatar-se como Autoridades Principais ou Associadas, mas podem participar enquanto Parceiros de Execução numa proposta submetida por uma autoridade urbana elegível.

No quadro da Iniciativa UIA, as aglomerações organizadas são consideradas como uma autoridade urbana individual que representa todos os municípios/câmaras municipais participantes. Por esta razão, numa proposta de projeto apresentada por uma aglomeração organizada, esta será designada como Autoridade Urbana Principal.

A fim de comprovar a elegibilidade das aglomerações organizadas, o SP verificará se o número total de habitantes é de, pelo menos, 50 000 e se a maioria (mais de 50%) dos habitantes reside em UAL constituintes da aglomeração que sejam classificadas como cidades, vilas ou subúrbios de acordo com o grau de urbanização.

2.2 Os candidatos elegíveis no âmbito da segunda categoria são associações/agrupamentos de autoridades urbanas sem estatuto jurídico de aglomeração organizada.

Nenhuma associação de autoridades urbanas (associações nacionais/regionais de autoridades urbanas, pactos territoriais, distritos de desenvolvimento, etc.), nem nenhuma autoridade urbana individual sem um acordo formal de cooperação, mas disposta a candidatar-se conjuntamente no quadro da Iniciativa UIA, pode candidatar-se como uma autoridade urbana individual.

Deve identificar uma Autoridade Urbana Principal (AUP) entre os municípios/câmaras municipais participantes e indicar as restantes como Autoridades Urbanas Associadas.

A fim de serem elegíveis, todas as autoridades urbanas participantes (Principais e Associadas) devem ser reconhecidas como Unidades Administrativas Locais e ser classificadas como cidades, vilas ou subúrbios de acordo com o grau de urbanização. No caso de autoridades urbanas cujas fronteiras administrativas compreendam mais do que uma Unidade Administrativa Local, aplicar-se-ão as mesmas regras relativas à definição do grau de urbanização descritas no ponto a.2 da presente secção.

A relação entre as Autoridades Urbanas Principais e Associadas não carece de formalização na data de apresentação do Formulário de Candidatura. Caso a proposta seja aprovada e apoiada, o SP da Iniciativa UIA facultará à AUP um modelo de Acordo de Parceria a ser assinado por todos os parceiros envolvidos (Autoridades Urbanas Associadas e Parceiros de Execução) durante os meses iniciais da fase de execução.

Para mais informações sobre as funções e responsabilidades das Autoridades Urbanas Principais e Associadas (e dos Parceiros de Execução), os candidatos devem consultar a secção 5.1 dos presentes Termos de Referência, assim como a secção 2.1 das Diretrizes da UIA.

Experiências anteriores mostram que os projetos individuais realizados por associações ou agrupamentos de cidades sem estatuto de aglomeração organizada, com mais de 3 autoridades urbanas (Autoridades Urbanas Principais e Associadas) e sem contiguidade territorial, correm o risco de perder coesão e de se deparar com dificuldades em produzir resultados significativos. Assim, recomendamos que as associações e/ou agrupamentos de autoridades urbanas (sem estatuto de aglomerações organizadas) que pretendam candidatar-se sejam territorialmente contíguos e procurem limitar o número de Autoridades Urbanas Associadas envolvidas.

2.3 Requisitos comuns para as autoridades urbanas elegíveis

Para além dos princípios acima descritos relativos a cada categoria de autoridade urbana elegível, aplicam-se os princípios seguintes a todas as autoridades urbanas elegíveis no quadro da Iniciativa UIA:

- Todas as autoridades urbanas devem estar localizadas num Estado-Membro da UE
- Somente autoridades urbanas elegíveis, tal como acima definidas, podem apresentar um Formulário de Candidatura no quadro de um Convite à Apresentação de Propostas de UIA. Um Formulário de Candidatura que seja apresentado por um Parceiro de Execução será declarado inelegível.
- Autoridades Urbanas (tal como acima definidas) podem ser listadas numa proposta de projeto apenas como Autoridades Urbanas Principais e/ou Associadas. A categoria de Parceiros de Execução destina-se exclusivamente a instituições e/ou organizações não reconhecidas enquanto autoridades urbanas no quadro da iniciativa UIA.

- Uma autoridade urbana ou uma aglomeração organizada só pode participar numa proposta de projeto no quadro de cada Convite à Apresentação de Propostas (mesmo que tais propostas de projeto sejam apresentadas no âmbito de temáticas diferentes no mesmo Convite à Apresentação de Propostas). Esta regra aplica-se igualmente às Autoridades Urbanas Associadas (um município só pode participar numa proposta de projeto quer seja enquanto Autoridade Urbana Principal ou Autoridade Urbana Associada).
- As autoridades urbanas que já tenham recebido apoio para um projeto aprovado pela Iniciativa UIA no quadro de um Convite à Apresentação de Propostas anterior não podem apresentar um novo Formulário de Candidatura relativo à mesma temática durante toda a vigência da Iniciativa.

As agências e empresas (designadamente no domínio da gestão de energia/resíduos, do desenvolvimento económico, da promoção turística, etc.), detidas total ou parcialmente pelo município/câmara municipal, não são consideradas como Unidades Administrativas Locais e, por conseguinte, não podem ser reconhecidas como autoridades urbanas elegíveis. Não obstante, estas organizações podem participar na parceria na qualidade de Parceiros de Execução (são prestadas mais informações sobre as funções e responsabilidades dos Parceiros de Execução na secção 5.1 dos presentes Termos de Referência, assim como na secção 2.1 das Diretrizes da UIA).

Como referido nos parágrafos anteriores, o SP da Iniciativa UIA adotará como principal instrumento de verificação do cumprimento dos critérios de elegibilidade a folha de cálculo **Quadro de Correspondência LAU2-NUTS2010, EU28 (2012)**. Por conseguinte, recomenda-se vivamente aos candidatos que confirmem a folha de cálculo e efetuem uma autoavaliação da elegibilidade antes de preencherem o Formulário de Candidatura.

Em caso de lacunas, inconsistências ou dúvidas relativas à interpretação dos dados constantes da folha de cálculo do Eurostat, recomenda-se vivamente aos candidatos que contactem o SP da Iniciativa UIA antes de preencherem e apresentarem o Formulário de Candidatura.

Durante a verificação da elegibilidade, na eventualidade de a condição de elegibilidade de algum candidato oferecer dúvidas, o SP da Iniciativa UIA contactará todos os parceiros relevantes, incluindo o Eurostat, para determinar a elegibilidade.

3. Temática abrangida pelo terceiro Convite à Apresentação de Propostas

A Comissão decidiu alinhar mais de perto os tópicos que as Autoridades Urbanas podem abordar através da Iniciativa UIA com os definidos no quadro da Agenda Urbana da UE.

Mais especificamente, cada Convite à Apresentação de Propostas de UIA centrar-se-á num determinado número de tópicos.

Para o terceiro Convite à Apresentação de Propostas, os candidatos podem apresentar propostas de projetos relativas aos seguintes tópicos:

- Adaptação às Alterações Climáticas
- Qualidade do ar
- Habitação
- Postos de trabalho e Competências na economia local

As autoridades urbanas que se candidatem no quadro de um Convite à Apresentação de Propostas de UIA devem selecionar unicamente um dos tópicos propostos. No entanto, dado que deve ser desenvolvida uma abordagem integrada por forma a abordar com sucesso os desafios identificados, os candidatos têm a possibilidade de descrever no Formulário de Candidatura as articulações e externalidades relacionadas com outros tópicos e domínios políticos.

Como referido, a intenção da Comissão é que sejam propostos projetos que apresentem soluções criativas, inovadoras e sustentáveis para abordar os diversos desafios identificados. Como a UIA constituirá também um laboratório de novas ideias, a Comissão tem o objetivo de incentivar uma experimentação inovadora que tire partido da experiência numa diversidade de disciplinas. Por esse motivo, a Comissão evitou ser demasiado impositiva na descrição dos tipos de projetos que espera que sejam propostos.

Em termos de contributo para os Objetivos Temáticos e Prioridades de Investimento do FEDER, o projeto deve ser entendido na sua globalidade como contribuindo para esses mesmos objetivos temáticos e prioridades de investimento do FEDER. No entanto, os projetos de UIA que contribuam para os Objetivos Temáticos 8 a 10 (ou seja, os que têm uma orientação mais social) poderão ser apoiados, desde que:

- O conhecimento gerado pelo projeto global possa ser entendido como contribuindo para os objetivos temáticos e as prioridades de investimento do FEDER; e
- O projeto não se centre maioritariamente em qualquer tipo de atividade do Fundo Social Europeu (FSE)

Deve ter-se em conta que, durante a fase de seleção e execução das propostas de projetos, a complementaridade e as sinergias com outros programas e políticas de financiamento da União, assim como com projetos apoiados, são da maior importância.

O Comité de Seleção da Iniciativa UIA procurará evitar, na sua decisão sobre os projetos a que atribuirá apoio, toda e qualquer duplicação.

As secções seguintes apresentam descrições circunstanciadas dos 4 tópicos do terceiro Convite à Apresentação de Propostas de UIA.

3.1 ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Definição geral e contexto dos tópicos

As cidades são centros de inovação e crescimento, e os motores do desenvolvimento económico europeu. Nelas habita aproximadamente 75% da população que utiliza cerca de 80% da energia produzida em toda a Europa, com tendência a aumentar. No entanto, as cidades são também as maiores responsáveis pelas alterações climáticas, gerando significativas emissões de gases com efeito de estufa (designadamente associadas à produção de energia, circulação de veículos, indústria e utilização de biomassa). Ao mesmo tempo, as cidades são extremamente vulneráveis aos impactos das alterações climáticas: o calor, as cheias, a escassez de água e a seca podem ter um forte impacto na saúde, infraestruturas, economias locais e qualidade de vida dos seus habitantes. Nas últimas três décadas, a Europa sofreu um aumento de 60% em condições meteorológicas extremas. Uma ação eficaz ao nível das alterações climáticas assegura não só a resistência aos impactos das alterações climáticas como traz importantes benefícios às áreas urbanas em termos de qualidade de vida, melhoria da saúde pública, economia de custos e criação de emprego.

Relevância para e papel das autoridades urbanas

A capacidade de se preparar para, e de responder aos impactos das alterações climáticas a nível local é, pois, crucial. As autoridades urbanas têm um papel catalisador no sentido de reunir os principais

intervenientes na sua jurisdição com a finalidade de co-desenvolver políticas e estratégias que visem o desenvolvimento territorial, nomeadamente no contexto de territórios pequenos e remotos (como por exemplo cidades situadas em ilhas ou regiões periféricas). As autoridades urbanas devem desempenhar um papel de liderança que tenha como objetivo criar políticas que respondam às necessidades dos cidadãos, assim como atrair investimento para o desenvolvimento económico.

A vulnerabilidade às alterações climáticas resulta muitas vezes da intervenção humana, nomeadamente da instalação de infraestruturas em áreas de risco ou do respetivo planeamento e projeção inadequados. Por exemplo, a cobertura do solo para a construção de edifícios, estradas, parques de estacionamento (impermeabilização dos solos) aumenta a absorção de energia solar e provoca temperaturas urbanas mais elevadas (o chamado efeito da “ilha de calor urbano”). Ao mesmo tempo, a drenagem natural diminui, o que, especialmente durante as chuvas mais fortes, pode levar a inundações.

Através de um planeamento urbanístico adequado e resistente aos impactos das alterações climáticas, os mesmos podem ser reduzidos. Um exemplo é a introdução de espaços verdes, como florestas, parques, zonas húmidas, paredes e telhados construídos à base de materiais ecológicos, etc. Tais abordagens também conduzem a importantes benefícios comuns, incluindo uma melhoria da qualidade do ar, apoio à biodiversidade e reforço da qualidade de vida, assim como mais oportunidades de emprego.

A União Europeia auxilia as cidades neste seu esforço através de vários quadros de apoio. A Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas da UE (2013) fornece uma estrutura e mecanismos que têm como objetivo melhorar a preparação de todos os intervenientes que lidam com os impactos das alterações climáticas atuais e futuras. A nível urbano, a estratégia fomenta o reforço das capacidades das autoridades locais na adaptação aos inevitáveis impactos resultantes das alterações climáticas. O Pacto de Autarcas para o Clima e Energia fornece uma estrutura destinada a apoiar a construção de cidades mais sustentáveis e resistentes. Resulta do papel crescente que as cidades e áreas urbanas têm vindo a desempenhar na implementação do Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas que visa o desenvolvimento de baixas emissões de carbono e a resistência às alterações climáticas.

Atualmente, existem vários exemplos notáveis de cidades a adotar medidas ambiciosas a nível ambiental em toda Europa. O [Pacto de Autarcas](#) dispõe de todo um conjunto de casos de estudo e exemplos das melhores práticas levadas a cabo por cidades e câmaras empenhadas na implementação de medidas no sentido da mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Instruções para as autoridades urbanas

A necessidade mais premente das autoridades urbanas reside na identificação de soluções de adaptação que combinem o desenvolvimento sustentável com medidas éticas e equitativas.

Assim sendo, as autoridades urbanas deverão conceber soluções de adaptação adequadas de acordo com a natureza, o momento, o tipo e o nível de proteção necessária: um conjunto de medidas que não só inclua, mas se centre na adaptação, permitirá uma compreensão crescente dos fatores que influenciam as tomadas de decisão e a forma como estas são implementadas. As barreiras institucionais, económicas e sociais relacionadas com a implementação das referidas medidas (nomeadamente a resistência à mudança ou a aceitação social) também deverão ser equacionadas. Um planeamento urbano destinado a melhorar a administração das cidades deverá contribuir para a diminuição das desigualdades e da pobreza, promovendo o desenvolvimento de políticas relativas às alterações climáticas e ao ordenamento do território.

Sem sermos excessivamente prescritivos em termos dos tipos de projetos esperados, as cidades são convidadas a considerar em particular os seguintes temas e questões:

- Avaliação inovadora e integrada dos riscos associados às alterações climáticas e às respetivas vulnerabilidades, planos de gestão de risco no caso da ocorrência de inundações/calor excessivo, reforço de competências e partilha de informação a nível regional e nacional por parte dos municípios
- Projetos que abordem soluções de gestão de recursos hídricos, baseados em políticas de preservação ambiental inovadoras e integradas (como a gestão de inundações e a retenção natural de água dos solos), assim como o desenvolvimento de infraestruturas que valorizem a vertente ecológica e hídrica, como florestas, parques, zonas húmidas, paredes/telhados cobertos com vegetação, planícies aluviais, etc.)
- Promover infraestruturas urbanas resistentes às alterações climáticas: melhorar a retenção natural das águas, a drenagem urbana, a rede de esgotos, as normas em matéria de construção
- Projetos de qualidade que apoiem as estruturas de administração local, assim como abordagens que incentivem a resistência e a capacidade de construção ao nível dos bairros e das comunidades. Uma maior coordenação tanto no aspeto vertical (governança multinível) como horizontal (governança multilateral), assim como no que respeita à coordenação regional entre as autoridades locais, com o intuito de dar resposta ao risco de alterações climáticas de grandes proporções ou transfronteiriças
- Envolvimento/participação de cidadãos nos projetos de adaptação urbana, reforçando a sensibilidade social para os perigos associados às alterações climáticas.

3.2 QUALIDADE DO AR

Definição geral e contexto dos tópicos

Apesar dos progressos consideráveis atingidos nas últimas décadas, a poluição atmosférica continua a ser a principal causa de morte na UE, sendo responsável por 400 000 mortes prematuras todos os anos, devido ao nível elevado de pequenas partículas, dióxido de azoto e ozono. A poluição atmosférica também continua a causar danos aos ecossistemas, uma vez que mais de metade do território da UE se encontra exposto ao excesso de deposição de azoto (eutrofização) e às concentrações de ozono. Este fenómeno conduz à redução da biodiversidade e da produção agrícola, sendo ainda responsável por outros danos materiais.

A política ambiental da UE centra-se no desenvolvimento e implementação de um enquadramento político que fomente a existência de um ar mais limpo, nomeadamente através do reforço das políticas nacionais, regionais e locais no que toca aos aspetos dos problemas relacionados com a qualidade atmosférica que os Estados-Membros não são capazes de solucionar sozinhos, de forma eficaz ou eficiente. As políticas da UE visam igualmente fazer cumprir as obrigações internacionais assumidas pela União no campo da poluição atmosférica, e no que respeita à integração das exigências em termos de proteção ambiental nos diferentes setores, por exemplo, industrial, energético, dos transportes e agrícola.

Poderá encontrar estatísticas relativas à importância e alguns antecedentes de poluição atmosférica em http://ec.europa.eu/environment/air/cleaner_air/index.html

A Parceria sobre "Qualidade do Ar" da Agenda Urbana para a UE visa melhorar a qualidade atmosférica nas cidades e trazer o objetivo de uma "cidade mais saudável" para o topo das agendas locais, nacionais e da UE⁷

Relevância para e papel das autoridades urbanas

As autoridades urbanas encontram-se melhor posicionadas para implementar medidas neste campo, uma vez que possuem um conhecimento abrangente da situação local e o controlo sobre todo um conjunto de instrumentos, como sejam o planeamento urbano, a gestão de infraestruturas/trânsito, licenças de construção, políticas de estacionamento etc., o que lhes permite orientar e promover soluções inovadoras neste contexto. Geralmente cabe a estas autoridades controlar os orçamentos

⁷ <https://ec.europa.eu/futurium/en/air-quality>

loais e empregar as equipas responsáveis pela respetiva execução, bem como adoptar medidas ou zelar pelo respetivo cumprimento, por exemplo no caso de situações de poluição ou planos de melhoria da qualidade do ar a longo prazo.

Em muitos Estados-Membros, as autoridades municipais são igualmente responsáveis pelo desenvolvimento, implementação e avaliação oficial dos planos em matéria da qualidade do ar no âmbito da Diretiva 2008/50/CE ou dos planos de qualidade do ar das cidades associados aos planos oficiais relativos à qualidade do ar a nível regional ao abrigo da Diretiva 2008/50/CE. Mesmo que existam planos regionais oficiais em matéria de qualidade do ar, as cidades desempenham frequentemente um papel importante, pois tendem a ser o grande centro económico da região, pela respetiva concentração de população, circulação de trânsito e produção industrial. O facto de continuarmos a exceder a emissão de partículas finas em suspensão (PM) e de dióxido de azoto (NO₂) em muitas cidades, apesar dos planos acionados em matéria de qualidade do ar, indica que as soluções inovadoras e uma melhoria na abordagem continuam a ser necessárias. Isto quer dizer que seria muito bem-vinda uma visão melhorada sobre onde e quando os problemas de poluição do ar podem ocorrer e como as soluções inovadoras podem contribuir para a sua resolução.

Instruções para as autoridades urbanas

Deve salientar-se que a vida saudável e a qualidade do ar das cidades podem ser melhoradas através de uma redução relevante das fontes de emissão de poluentes atmosféricos ou dos respetivos precursores. A qualidade do ar urbano não é apenas influenciada por causas relacionadas com o dia a dia das cidades (como por exemplo a circulação do trânsito, o aquecimento doméstico, a produção industrial, etc.), mas também por causas com origem fora dos centros urbanos. A qualidade atmosférica do ambiente circundante de uma cidade pode ser composta/influenciada por causas não-urbanas (loais) como as emissões provenientes do setor agrícola, transporte de mercadorias, fontes naturais, e também por outras áreas urbanas mais distantes. A decisão sobre que fonte de emissão urbana pode ser reduzida (melhor custo-benefício) requer uma boa base de informação sobre as fontes do ambiente circundante (que determinam a concentração de poluição e a contribuição da própria cidade para a qualidade do ar). Para além disso, a poluição atmosférica no ambiente urbano não é homogénea. Em qualquer ambiente urbano ocorrem pontos críticos, que podem estar relacionados com várias fontes de emissão. A modelagem de alta resolução poderia ajudar a identificar esses pontos, permitindo criar medidas muito mais precisas, económicas e adequadas a esse microambiente.

Ao identificar soluções inovadoras, as autoridades urbanas são convidados a tomar nota e progredir a partir da experiência adquirida, conforme descrito no relatório da Agência Europeia do Ambiente⁸ sobre a implementação de medidas relativas à qualidade do ar em 12 cidades e projetos no âmbito do programa LIFE⁹.

Sem sermos excessivamente prescritivos em termos dos tipos de projetos esperados, as cidades são convidadas a considerar em particular os seguintes temas e questões:

- desenvolver e testar ferramentas que permitam estabelecer melhores inventários de fontes de poluição atmosférica e ferramentas de modelagem de alta resolução com o intuito de identificar os pontos cruciais de poluição atmosférica urbana
- promover meios de transporte com emissão de poluentes baixa ou nula para a atmosfera, combustíveis mais limpos, uma melhor conexão com os transportes públicos, instrumentos para aplicar aos diferentes meios de transporte, opções de mobilidade inovadoras como bicicletas elétricas, de carga ou partilha de automóvel
- projetos saudáveis em espaços públicos que estimulem a circulação de bicicletas e as caminhadas
- Ciência dirigida aos cidadãos (que permita medir a qualidade do ar por intermédio de pequenos dispositivos, suficientemente precisos para criar um vasto conjunto de dados urbanos sobre a qualidade do ar, que possibilitem o estabelecimento de pontos cruciais de intervenção)
- modificar comportamentos e fomentar a participação em projetos, como por exemplo Laboratórios Inteligentes
- implementar soluções ambientais nas cidades que beneficiem a qualidade do ar (é o caso de plantar árvores e plantas, mas com base em dados que comprovem os reais benefícios destas medidas para a qualidade do ar)
- mecanismos inovadores de financiamento local e regional (tributação, PPP, etc.) que estimulem ainda mais a aplicação de soluções de baixa emissão tanto por parte dos cidadãos (mobilidade e habitação), como do setor industrial.
- abordagens criativas no sentido de desbloquear obstáculos políticos e impulsionar a implementação de soluções/tecnologias inovadoras que visem a melhoria da qualidade do ar.

3.3 HABITAÇÃO

⁸ <https://www.eea.europa.eu/publications/air-implementation-pilot-2013>

⁹ <http://ec.europa.eu/environment/life/publications/lifepublications/lifefocus/documents/airquality.pdf>

Definição geral e contexto dos tópicos

A habitação é uma infraestrutura-chave para o crescimento económico das cidades e para o bem-estar de quem nelas habita. No entanto, a falta de condições em termos habitacionais continua a ser um problema na maior parte dos países europeus. Na última década, o agravamento dos preços, o problema dos sem-abrigo, a polarização social e habitacional, bem como novas dimensões da privação de habitação assumiram um carácter ainda mais preocupante para as políticas públicas.

Existem diversas políticas da UE com impacto no setor da habitação que disponibilizam apoio nesta área (por exemplo a agenda de política social da UE, as políticas de energia, indústria e ambiente, as políticas regionais e urbanas, mercado comum, apoio estatal). No entanto, são os governos nacionais que geralmente desenvolvem as suas políticas habitacionais. Muitos enfrentam desafios similares: como renovar a oferta ao nível da habitação, como planear e promover o [desenvolvimento sustentável](#), como combater a expansão das zonas urbanas, como ajudar os jovens e os mais desfavorecidos a obter acesso à habitação e como promover a eficiência energética junto dos proprietários de habitações.

Em 2015, 11,3 % da população da UE-28 vivia em agregados familiares que gastavam mais de 40 % do seu [rendimento disponível](#) em habitação¹⁰. Quase 11% da população da UE está numa situação em que os seus agregados familiares não conseguem aquecer adequadamente as suas habitações a um custo acessível. Em 2012, estimava-se que esta situação afetava cerca de 54 milhões de pessoas em toda a Europa. A dimensão do problema deve-se ao aumento dos preços da energia, aos rendimentos baixos e à reduzida eficiência energética das habitações, sendo particularmente predominante nos países do centro, leste e sul da Europa. A construção de habitação social diminuiu entre 2009 e 2012, enquanto o número de famílias em lista de espera continua a aumentar: BE 140 000 a 186 000, FR 1,2 a 1,7 milhões, IT 600 000 a 650 000. A somar a isso, em toda a UE, existe um número crescente de sem-abrigo.

Relevância para e papel das autoridades urbanas

As políticas habitacionais anteriores à crise financeira mundial colocaram um novo desafio às cidades e autoridades locais. Tanto o financiamento como a responsabilidade com a disponibilização de alojamento têm vindo a reduzir sistematicamente desde a década de 1980. Como resultado das mudanças políticas mais recentes a nível internacional (ver UNECE, 2015), que transferiu a responsabilidade pela habitação das autoridades centrais para as autoridades locais, as cidades são

¹⁰ Eurostat

cada vez mais solicitadas a intervir no financiamento, na gestão e na distribuição de ativos habitacionais. Esta mudança confere às cidades a oportunidade de construir soluções de habitação inovadoras adaptadas à realidade dos mercados imobiliários após a crise.

Estas desempenham, pois, um papel importante na disponibilização e reabilitação habitacional, trabalhando criativamente com todo o tipo de operadores ligados ao setor, sejam eles privados, públicos e comunitários (a experiência mostra que a dependência de um só setor trouxe resultados limitados) e na promoção do uso sustentável dos terrenos disponíveis.

Um dos principais desafios que as cidades são chamadas a enfrentar após a crise económica e financeira é o do acesso à habitação a preços acessíveis. Em termos gerais, as cidades têm falta de habitação a preços acessíveis ou de carácter social, enquanto outras dispõem de casas vagas ou desabitadas e degradadas. Exemplos de áreas urbanas afetadas:

- Áreas metropolitanas com habitações aquecidas, cuja procura está a aumentar, mas onde os preços são inflacionados provocando um decréscimo significativo do acesso a este tipo de habitação, nomeadamente junto de um amplo grupo (rendimento baixo, médio, médio-alto) com diferentes necessidades.
- Bairros onde os habitantes não se podem dar ao luxo de investir e/ou cobrir despesas com serviços públicos.
- Cidades e localidades a diminuir por baixa procura de habitação (áreas com maior número de casas vagas ou desabitadas).

Outro desafio a enfrentar está relacionado com a existência de grupos vulneráveis na sociedade que possuem uma dificuldade especial em aceder a habitação social e/ou a preços acessíveis, como idosos, pais solteiros, pessoas com deficiência, sem-abrigo, desempregados de longa duração, jovens que deixam instituições de solidariedade, Roma, migrantes, etc. Particularmente nestas áreas, as ações devem estar ligadas a medidas de apoio relevantes (educação, saúde, assuntos sociais, emprego, segurança, integração, etc.).

Instruções para as autoridades urbanas

Sem sermos excessivamente prescritivos em termos dos tipos de projetos esperados, as cidades são convidadas a considerar em particular os seguintes temas e questões.

Considerando os desafios de habitação enfrentados pelas cidades, é importante restabelecer a construção responsável e os sistemas de consumo no plano habitacional de forma a encontrar

soluções para as questões relacionadas com o crescimento e diminuição das cidades e os problemas dos bairros urbanos desfavorecidos. Os sistemas de habitação responsáveis deveriam:

1. trazer benefícios económicos, tais como
 - aumentar a acessibilidade à habitação
 - melhorar a eficiência energética e reduzir as emissões de CO2
 - promover eficiência e sustentabilidade na utilização de terrenos e na prevenção da expansão urbana
 - emprego local
 - esquemas de financiamento inovadores através de parcerias público-privadas
2. reduzir o desperdício através
 - do uso eficiente de recursos
 - reciclabilidade da habitação
 - reaproveitamento de zonas contaminadas
 - remodelação de habitações
3. promoção de soluções baseadas nas pessoas, tais como
 - melhor acesso a habitação a preços acessíveis, de qualidade e a habitação social
 - soluções habitacionais correspondentes às etapas da vida
 - reflexão sobre tendências demográficas e sociais
 - habitação colaborativa
 - integração, eliminar o isolamento social e físico entre diferentes grupos da sociedade
 - prevenção dos efeitos não intencionais resultantes da gentrificação (por exemplo os despejos)
 - necessidades específicas dos grupos vulneráveis.

As intervenções urbanas nos sistemas habitacionais promovem produtos relacionados com a habitação e com o ambiente construído, estéticos e utilizáveis, na medida do possível, por todos, independentemente da idade, género, nacionalidade ou origem étnica.

Princípios gerais:

- Avaliar as necessidades locais específicas e responder de forma adequada.
- Assegurar uma abordagem em que a ação esteja interligada com outras medidas relevantes para alcançar melhores resultados globais.
- As ações não devem ter quaisquer efeitos de discriminação e segregação.

- Acelerar ativamente a concorrência resultante da participação no mercado de diferentes tipos de operadores ligados ao setor da habitação (designadamente o público e o privado), a fim de promover a produção e o consumo de habitação mista de carácter social ou de custos controlados.
- A sustentabilidade da ação para além do prazo do projeto deve ser assegurada.
- Para medidas a favor de grupos vulneráveis, deverá envolver-se a comunidade na preparação, no projeto e na implementação da ação, sempre que relevante.

3.4 POSTOS DE TRABALHO E COMPETÊNCIAS NA ECONOMIA LOCAL

Definição geral e contexto dos tópicos

A criação de emprego é uma das principais prioridades da UE. Isto não é surpreendente, se considerarmos que, embora os níveis de desemprego tenham vindo a descer nos últimos tempos, em maio de 2017, 19,092 milhões de homens e mulheres estavam desempregados, muitos deles dentro das faixas etárias que deveriam ser, normalmente, as mais produtivas e envolvidas numa sociedade saudável e próspera.

A Agenda de Novas Competências para a Europa (2016) reitera a importância da criação de emprego e do aumento da força de trabalho na UE. Ao mesmo tempo, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais (2017) procura estabelecer condições de trabalho mais justas e uma dimensão social reforçada ao nível das políticas de emprego.

O foco da Parceria sobre "Empregos e Competências na economia local" da Agenda Urbana para a UE é facilitar a economia local, aumentando a capacidade e as habilidades da força de trabalho e fornecendo pré-condições favoráveis ao desenvolvimento de negócios e à criação de emprego, com base em especificidades locais distintivas.

Relevância para e papel das autoridades urbanas

À medida que a UE recupera gradualmente da crise económica, devemos ter presente que mais de dois terços da força de trabalho na UE vivem nas cidades e que as aglomerações urbanas são os principais motores da inovação, da competitividade e do crescimento económico na Europa. Assim, as cidades desempenham um papel crucial na criação e apoio das condições ideais para investimentos inovadores que resultem em mais e melhores empregos para os seus cidadãos.

Uma vez mais, os tipos de projetos esperados não são definidos em pormenor, mas o projeto já aprovado na 1ª Apresentação de Propostas de UIA e o relatório da URBACT "More jobs: better cities"

podem ser usados como inspiração, já que definem alguns dos passos que as autoridades urbanas podem dar no sentido de estimular o crescimento e o emprego.

Instruções para as autoridades urbanas

Sem sermos excessivamente prescritivos em termos dos tipos de projetos esperados, as cidades são convidadas a considerar temas prioritários identificados no [documento de orientação](#) da Parceria sobre "Empregos e Competências na economia local" da Agenda Urbana da UE¹¹, assim como os seguintes temas e questões:

- Fortalecimento de redes locais de abastecimento para ajudar a economia local a beneficiar do mercado local e a ter um papel mais ativo na construção de relações entre empresas locais, as respetivas Partes interessadas e oportunidades de mercado locais e mais amplas;
- Apoiar as PME, fornecendo soluções inovadoras para os desafios principais e potenciar a sua interconectividade com mercados mais abrangentes;
- Desenvolvimento de uma maior cultura empresarial e fomento da criação de empresas inovadoras e de carácter social através da promoção de ecossistemas locais favoráveis, inclusive através de "incubadoras de empresas"
- Permitir a transição das cidades para uma nova economia baseada no conhecimento, na energia sustentável, nas plataformas digitais e em formas de produção mais localizadas e circulares.
- Valorizar a investigação e o desenvolvimento científico, comercializando os respetivos resultados, por intermédio da cooperação entre os empresários e a comunidade científica e de investigação;
- Conseguir uma força de trabalho altamente qualificada, dotada das competências adequadas para promover uma maior produtividade, criatividade e inovação
- Garantir mercados de trabalho inclusivos, que proporcionem oportunidades iguais para todos, incluindo os grupos marginalizados e vulneráveis;

Para além disso, a Comissão reconhece que as cidades precisam de gerir os seus mercados de trabalho de forma a garantir uma correspondência adequada entre a procura (os empregos disponíveis) e a oferta (as pessoas que desejam adquiri-los), com a finalidade de tirar o máximo proveito do crescimento económico. A atualização dos níveis de competência e uma melhor previsão das necessidades do mercado de trabalho são essenciais, uma vez que as pessoas precisam de possuir as

¹¹ <https://ec.europa.eu/futurium/en/content/jobs-and-skills-local-economy-orientation-paper>

competências certas para serem contratadas a longo prazo por uma entidade patronal competitiva. Colaborar com os estabelecimentos de ensino no sentido de combinar os cursos ministrados com as necessidades do mercado de trabalho em constante evolução, fomentar a procura de competências existentes, trabalhando em conjunto com as referidas instituições e com os empregadores de forma a garantir o conhecimento antecipado das competências necessárias, e incentivar simultaneamente o investimento em novas competências, são também medidas que as cidades podem e devem adoptar.

4. Princípio de financiamento

Princípio dos custos totais

A Iniciativa UIA segue o princípio dos custos totais. O projeto é cofinanciado pelo FEDER até 80% dos custos elegíveis. Todos os parceiros que recebam financiamento do FEDER têm de assegurar pelo menos 20% de contrapartidas públicas ou privadas para completar o respetivo orçamento quer através de recursos próprios, quer de outras fontes. A contribuição dos parceiros pode assumir a forma de numerário e/ou espécie. Deve notar-se que o trabalho voluntário não remunerado não é elegível ao abrigo das regras de elegibilidade da Iniciativa UIA, ao passo que o pessoal remunerado deve ser considerado como uma contribuição em numerário.

Pagamentos do FEDER

O regime de pagamentos da Iniciativa UIA baseia-se sobretudo no princípio de pagamentos adiantados do FEDER¹² e ainda no princípio do reembolso das despesas que foram efetivamente incorridas (incluindo taxas fixas):¹³

- Um primeiro adiantamento do FEDER, correspondente a 50% da subvenção do FEDER, será feito à Autoridade Urbana (Principal) no prazo de 90 dias a contar da assinatura do Contrato de Subvenção (e do Acordo de Parceria, se aplicável). O primeiro adiantamento cobre também o montante global dos custos de preparação (máximo de 16 000 EUR do FEDER).
- Um segundo adiantamento do FEDER, correspondente a 30% da subvenção do FEDER, será feito à Autoridade Urbana (Principal) após a apresentação e aprovação de um relatório de progresso intercalar e das despesas do projeto certificadas pelo Controlador

¹² Conforme definido no Acordo de Delegação celebrado entre a Comissão Europeia e a Région Hauts-de-France (anteriormente-Région Nord-Pas-de-Calais) em 2015
Idem

de Primeiro Nível. As despesas comunicadas devem atingir pelo menos 70% da primeira prestação pré-financiamento (correspondente a 35% do orçamento total do projeto).

- Um terceiro adiantamento do FEDER, correspondente a um máximo de 20% da subvenção do FEDER (deduzido do montante global destinado ao encerramento do projeto e à transferência de conhecimentos), será feito à Autoridade Urbana (Principal) após a apresentação e aprovação do Relatório de Progresso Final. Este relatório, apresentado o mais tardar 3 meses após a data de conclusão do projeto, inclui as despesas finais do projeto certificadas pelo Controlador de Primeiro Nível. É importante notar que o terceiro pagamento já não se baseia no princípio de pagamentos adiantados, mas sim no princípio de reembolso de despesas incorridas e pagas. Assim, os parceiros do projeto têm de pré-financiar as suas despesas durante a última fase de execução do projeto.
- É efetuado um pagamento final à Autoridade Urbana (Principal) após a aprovação do Relatório Qualitativo Final (a apresentar o mais tardar um ano após a data de conclusão do projeto). O pagamento ascende a um máximo de 12 000 EUR do FEDER e cobre a fase de encerramento do projeto e de transferência de conhecimentos.

5. Criação e desenvolvimento de projetos

5.1 Parceria para Urban Innovative Actions

Somente autoridades urbanas elegíveis, tal como definidas no artigo 2.º do Ato Delegado da UIA, podem apresentar um Formulário de Candidatura no quadro de um Convite à Apresentação de Propostas de UIA.

Contudo, no quadro da Iniciativa UIA, pretende-se que as Autoridades Urbanas estabeleçam sólidas parcerias locais com a combinação certa de parceiros complementares. Todos os parceiros têm de ser da UE. Todas as parcerias para um projeto de UIA podem ser constituídas por uma Autoridade Urbana (Principal), autoridades urbanas associadas e parceiros de execução. O grupo mais alargado de partes interessadas não pertence à parceria do projeto, mas também deve estar envolvido no mesmo.

- **Autoridade Urbana (ou Autoridade Urbana Principal caso a proposta seja apresentada por várias autoridades urbanas):** a Iniciativa UIA funciona com base numa Autoridade Urbana que é responsável pela implementação e gestão globais de todo o projeto. A Autoridade Urbana (Principal) assina o Contrato de Subvenção com a Entidade Responsável e recebe o financiamento do FEDER a distribuir pelos demais parceiros (Autoridades Urbanas Associadas e/ou Parceiros de Execução), de acordo com as suas funções e responsabilidades específicas

(e respetivo orçamento). No caso de aglomerações organizadas, a instituição, incluindo as demais autoridades urbanas envolvidas, será considerada como uma Autoridade Urbana individual e indicada como a Autoridade Urbana Principal no quadro do projeto UIA.

- **Autoridades Urbanas Associadas:** toda e qualquer associação de autoridades urbanas (associações nacionais/regionais de autoridades urbanas, pactos ou associações territoriais, distritos de desenvolvimento, etc.), sem estatuto jurídico de aglomeração organizada, assim como as autoridades urbanas individuais sem um acordo formal de cooperação, mas dispostas a candidatar-se conjuntamente no quadro da Iniciativa UIA, devem indicar no seu Formulário de Candidatura uma UAL como Autoridade Urbana Principal e as demais UAL como Autoridades Urbanas Associadas. As Autoridades Urbanas Associadas serão responsáveis pela execução de atividades específicas e pela produção de prestações/produtos relacionados. As Autoridades Urbanas Associadas terão direito a uma parte do orçamento do projeto e prestarão contas das despesas incorridas com a execução das atividades. Deve ser prestada no Formulário de Candidatura informação circunstanciada sobre as Autoridades Urbanas Associadas (incluindo estatuto jurídico, experiência e competências, pessoas de contacto, etc.).
- **Parceiros de Execução:** instituições, agências, organizações, parceiros do setor privado e associações, que terão um papel ativo na execução do projeto. As Autoridades Urbanas devem selecionar os seus Parceiros de Execução dentro do respeito pelos princípios da transparência e da igualdade de tratamento. Serão responsáveis pela execução de atividades específicas e pela produção de prestações/produtos relacionados. É de salientar que apenas as organizações com personalidade jurídica têm direito a participar num projeto como Parceiros de Execução. As empresas de consultoria cujo objetivo primário seja o desenvolvimento e gestão de projetos europeus não podem participar no projeto como Parceiros de Execução.
- **Um grupo mais alargado de partes interessadas** também deve estar envolvido na conceção e implementação do projeto. O grupo pode incluir instituições, agências, organizações e associações. Estas não terão uma função direta (e não têm, por conseguinte, um orçamento específico para a execução), mas são consideradas relevantes de forma a garantir uma implementação fluida e eficaz e uma propriedade partilhada do projeto.

A secção 2.1 das Diretrizes da UIA fornece informações detalhadas sobre as funções e responsabilidades das Autoridades Urbanas (Autoridades Urbanas Associadas, se aplicável) e sobre os Parceiros de Execução.

5.2 Atividades de projeto

As atividades no quadro dos projetos UIA deverão ser organizadas na base de Pacotes de Trabalho e deverão apoiar um ou mais Objetivos Temáticos do FEDER e Prioridades de Investimento relacionadas, tal como estabelecido no primeiro parágrafo do artigo 9.º do RDC¹⁴ para os FEEI e no artigo 5.º do FEDER.

Para este efeito, devem ser aplicados diferentes tipos de PT que se enumeram de seguida:

- PT Preparação
- PT Gestão do projeto
- PT Comunicação
- PT Execução
- PT Investimento

À exceção do Pacote de Trabalho de investimento, os demais tipos de PT são obrigatórios nas candidaturas a projetos de UIA.

Será destacado um Especialista em UIA para cada projeto:

- para prestar aconselhamento e orientação em relação ao conteúdo da ação, em particular no que diz respeito ao conteúdo inovador
- para assistir no desenvolvimento de documentação e produtos que reflitam e disseminem lições aprendidas, boas práticas, etc. junto do público em geral
- para garantir que a ação continue no bom caminho e esteja em linha com a proposta acordada

Os custos relativos aos especialistas (incluindo viagens e alojamento) serão diretamente suportados pela iniciativa UIA.

¹⁴ Regulamento «Disposições Comuns» (UE) n.º 1303/2013:
<http://eurlex.europa.eu/legalcontent/EN/TXT/?uri=celex:32013R1303>

As Diretrizes da UIA fornecem mais informações sobre a estrutura do plano de trabalho para um projeto UIA, assim como sobre a função e as tarefas dos Especialistas em UIA.

5.3 Rubricas orçamentais e despesas elegíveis

Segundo as Diretrizes da UIA (consultar a secção 4.2), todas as despesas relacionadas com a execução de projetos UIA serão elegíveis e orçamentadas nas rubricas orçamentais apropriadas:

- Pessoal
- Escritório e administração
- Deslocações e alojamento
- Peritos e serviços externos
- Equipamento
- Infraestruturas e obras de construção

6. Processo de candidatura

O pacote de candidatura para o terceiro Convite à Apresentação de Propostas de UIA consiste no seguinte:

- Os presentes Termos de Referência (disponíveis em todas as línguas da UE)
- Orientações técnicas relativas à Electronic Exchange Platform (EEP)
- Instruções pormenorizadas sobre o preenchimento do Formulário de Candidatura (disponível em linha no sistema EEP em todas as línguas da UE)

É igualmente fornecida uma versão de trabalho do Formulário de Candidatura e da Folha de Confirmação para auxiliar no processo de preparação da candidatura (documento Word apenas disponível em inglês)

Adicionalmente, os candidatos devem consultar extensivamente as Diretrizes da UIA (disponíveis apenas em inglês), em relação às regras gerais da Iniciativa.

Toda a documentação está disponível no sítio Web UIA.

O processo de candidatura é 100% sem papel, através do uso da Electronic Exchange Platform (EEP). **A candidatura consiste num Formulário de Candidatura e numa folha de Confirmação assinada e digitalizada.**

Pode ser igualmente carregado um anexo para juntar ao Formulário de Candidatura. Este poderá ser um mapa que apresente a área de intervenção, um gráfico, um infográfico, etc. O tipo e dimensão do ficheiro a anexar são especificados nas orientações na EEP. Os candidatos poderão apresentar candidaturas o mais tardar um mês antes do prazo limite de apresentação. A sua disponibilidade será anunciada no sítio Web UIA.

Recomenda-se vivamente que os candidatos preencham o Formulário de Candidatura em inglês legível, embora seja possível apresentá-lo em qualquer língua oficial da UE.

Deverá notar-se que a Avaliação Estratégica e Operacional será realizada com base na versão em inglês do Formulário de Candidatura (nos casos em que o Formulário de Candidatura seja apresentado noutra língua, a tradução para inglês será feita por um prestador de serviços externo contratado pelo SP). O SP não garante a qualidade da tradução que será, por conseguinte, da responsabilidade dos candidatos. Por outro lado, o Contrato de Subvenção, a gestão do projeto, os relatórios formais, as prestações concretas principais e toda a comunicação com a Entidade Responsável e o SP terão de ser em inglês.

O prazo limite para a apresentação do Formulário de Candidatura e da folha de Confirmação é 30/03/2018 às 14h00 CET.

7. Processo de seleção

Após a apresentação, cada candidatura será sujeita a um processo de seleção organizado segundo as fases seguintes:

1. Verificação de elegibilidade
2. Avaliação estratégica
3. Avaliação operacional

7.1 Verificação de elegibilidade

Após o encerramento de um Convite à Apresentação de Propostas, o SP procede a uma verificação de elegibilidade de todas as candidaturas a projetos apresentadas. A finalidade da verificação de elegibilidade é:

- Verificar a conformidade dos Formulários de Candidatura recebidos e respetivos anexos com os critérios de elegibilidade formais
- Evitar a avaliação subsequente de candidaturas não elegíveis
- Assegurar a igualdade de tratamento de todas as propostas selecionadas para financiamento

Os critérios de elegibilidade da Iniciativa UIA são os seguintes:

1. O Formulário de Candidatura foi apresentado por via eletrónica através da EEP antes do prazo limite indicado nos Termos de Referência do Convite à Apresentação de Propostas
2. O Formulário de Candidatura está totalmente preenchido
3. O candidato é uma autoridade urbana individual de uma Unidade Administrativa Local (UAL), definida de acordo com o grau de urbanização como cidade, vila ou subúrbio e compreendendo pelo menos 50 000 habitantes

OU

O candidato é uma associação ou agrupamento de autoridades urbanas com o estatuto jurídico de aglomeração organizada, constituída por UAL, em que a maioria (pelo menos 51%) dos habitantes reside em UAL definidas de acordo com o grau de urbanização como cidades, vilas ou subúrbios e em que a população total combinada é de, pelo menos, 50 000 habitantes

OU

O candidato é uma associação ou agrupamento de autoridades urbanas sem o estatuto jurídico de aglomerações organizadas em que todas as autoridades urbanas participantes (Autoridade Urbana Principal e Autoridades Urbanas Associadas) são UAL definidas de acordo com o grau de urbanização como cidades, vilas ou subúrbios e em que a população total combinada (Autoridade Urbana Principal mais Autoridades Urbanas Associadas) é de, pelo menos, 50 000 habitantes

4. No caso de uma associação ou agrupamento sem estatuto legal de aglomeração organizada, são apresentadas no Formulário de Candidatura uma Autoridade Urbana Principal e as Autoridades Urbanas Associadas
5. O período de elegibilidade é respeitado: a data de conclusão do projeto respeita os requisitos do Convite e da Iniciativa

6. Os requisitos máximos do orçamento e o princípio de cofinanciamento são respeitados
7. Todos os parceiros envolvidos (Autoridade Urbana Principal, Autoridades Urbanas Associadas e Parceiros de Execução) são oriundos de Estados-Membros da UE
8. As autoridades urbanas candidatas (Autoridades Urbanas Principais e/ou Autoridades Urbanas Associadas) participam numa única proposta de projeto no quadro do mesmo Convite à Apresentação de Propostas.
9. As autoridades urbanas candidatas (Autoridades Urbanas Principais e/ou Autoridades Urbanas Associadas) não foram selecionadas nem financiadas relativamente ao mesmo tópico num Convite à Apresentação de Propostas de UIA anterior.
10. A folha de confirmação devidamente assinada pelo representante legal da Autoridade Urbana (Principal) é carregada no sistema EEP até ao prazo limite do Convite.

Se os requisitos anteriores não forem respeitados na sua totalidade, a candidatura será considerada inelegível e não avançará para a fase seguinte do processo de avaliação.

7.2 Avaliação estratégica

As candidaturas que forem consideradas elegíveis serão sujeitas a uma Avaliação Estratégica realizada por um painel de Especialistas Externos. A Avaliação Estratégica representa 80% da ponderação atribuída à avaliação global do projeto e consiste nos seguintes critérios:

- Inovação (ponderação: 40%) – Em que medida o candidato é capaz de demonstrar que o projeto proposto é novo (não foi previamente testado e implementado no terreno na zona urbana em questão e noutras partes da UE) e possui um potencial claro para acrescentar valor?
- Parceria (ponderação: 15%) – Em que medida o envolvimento de partes interessadas fundamentais (Autoridades Urbanas Associadas, caso existam, Parceiros de Execução e Grupo mais alargado de partes interessadas) é relevante para a implementação do projeto?
- Mensurabilidade (ponderação: 15%) – Em que medida o projeto produzirá resultados mensuráveis?
- Transferibilidade (ponderação: 10%) – Em que medida o projeto poderá ser transferido para outras áreas urbanas europeias?

As questões indicativas de avaliação para cada critério são apresentadas na secção 3.2.2 das Diretrizes da UIA.

O painel de Especialistas Externos verificará ainda se os projetos contribuem para os objetivos temáticos dos FEEI e do Quadro Estratégico Comum, definidos no primeiro parágrafo do artigo 9.º do RDC, bem como se propõem respostas integradas aos desafios identificados e se harmonizam com os princípios do desenvolvimento urbano sustentável. A Comissão e a Entidade Responsável poderão decidir não selecionar um projeto com base na ausência de contributo se estes critérios não forem cumpridos.

Como resultado da Avaliação Estratégica, o painel de Especialistas Externos procede a uma avaliação das candidaturas e classifica-as. Em acordo com a Comissão, as candidaturas com uma classificação acima de um determinado limite avançam para a fase de Avaliação Operacional. No final do processo de Avaliação Estratégica, os candidatos serão notificados da decisão sobre a sua candidatura (quer passe ou não à fase seguinte).

7.3 Avaliação operacional

A Avaliação Operacional é efetuada pelo SP e corresponde a 20% da ponderação atribuída na avaliação global do projeto.

O objetivo principal da Avaliação Operacional consiste em avaliar a qualidade da proposta (incluindo a exequibilidade, a consistência e a coerência do plano de trabalho, a qualidade das estruturas de gestão propostas, a coerência e proporcionalidade do orçamento e a qualidade das atividades de comunicação propostas).

A secção 3.2.3 das Diretrizes da UIA apresenta questões indicativas de avaliação para o critério «Qualidade».

Após a Avaliação Operacional, um Comité de Seleção, composto pela Entidade Responsável e pela Comissão, reunir-se-á para efetuar a seleção final. À Comissão compete dar o acordo final sobre os projetos que devem ser selecionados. Os candidatos serão notificados da decisão no final do processo de Avaliação Operacional.

7.4 Sistema de pontuação da avaliação

Será atribuída a cada critério ponderado uma pontuação de 1 a 5 que resultará numa pontuação média por projeto.

A secção 3.2.4 das Diretrizes da UIA fornece informações circunstanciadas sobre o sistema de pontuação da avaliação.

O sistema de pontuação será aplicado tendo em conta não apenas o mérito específico de cada proposta, mas também dentro do espírito de um processo competitivo que considere comparativamente as outras propostas de projetos apresentadas no quadro do mesmo Convite à Apresentação de Propostas. Por esta razão, os candidatos de propostas que não forem pré-selecionados para a Avaliação Operacional ou não forem, em última instância, aprovados não serão informados das suas pontuações, recebendo apenas um comentário circunstanciado sobre todos os critérios avaliados.

8. Contratação pública, auditorias e auxílio estatal

Os parceiros dos projetos que, segundo a legislação sobre contratação pública pertinente, se enquadrem na definição de entidade contratante devem respeitar as regras de contratação pública aplicáveis.

As despesas declaradas pelo projeto devem ser auditadas por um Controlador de Primeiro Nível (CPN). O parecer independente do CPN deve abranger a legalidade e regularidade das despesas declaradas, a execução dos produtos e serviços, a validade das despesas declaradas e a conformidade das despesas e das operações com os regulamentos nacionais e da UE. Dado que o CPN é diretamente nomeado e remunerado pela Iniciativa UIA, a parceria do projeto não deve prever quaisquer custos de controlo (auditoria) ao elaborar o orçamento do projeto.

Com vista à manutenção de condições de igualdade entre todas as empresas ativas no mercado interno, os projetos aprovados devem ser concebidos no respeito pelas regras sobre auxílio estatal, por forma a assegurar a eficácia das despesas públicas e evitar distorções de mercado, tais como a exclusão de financiamento privado, a criação de estruturas de mercado ineficazes ou a sobrevivência de firmas ineficientes.¹⁵ Devem ser tomadas precauções para garantir que o financiamento de Ações

¹⁵ Para mais orientações sobre o conceito de auxílio estatal, consultar a Comunicação da Comissão sobre a noção de auxílio estatal nos termos do artigo 107.º, n.º 1, do TFUE («NOA»), publicada em: [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52016XC0719\(05\)&from=EN](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52016XC0719(05)&from=EN).

Urbanas Inovadoras não distorce a concorrência nem resulta em ingerência no mercado sem justificação plausível. De modo geral, a Comissão Europeia espera que a maioria dos projetos a financiar no âmbito deste convite não envolva atividades económicas ou não tenha impacto, ou tenha um impacto reduzido, sobre o comércio entre os Estados-Membros.

A Comissão Europeia financia a Iniciativa Urban Innovative Actions através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (no limite de 80% dos custos do projeto) em regime de gestão indireta. No tocante ao financiamento de 80% da Iniciativa UIA, é necessária uma verificação da consistência do auxílio estatal a fim de assegurar que o apoio público se traduza em plenas vantagens para o mercado interno. Tendo em conta a natureza inovadora e aberta de UIA, que funciona com base em convites à apresentação de propostas de projetos que apresentem soluções criativas, e os temas gerais selecionados para os convites, tudo sugere que, a fim de assegurar que o efeito de distorção dos recursos orçamentais da UE seja limitado, a consistência do auxílio estatal deve basear-se num limite máximo de EUR 500 000 do montante total do financiamento de UIA que possa fluir para um empreendimento individual envolvido num determinado projeto.

O remanescente (pelo menos 20% dos custos do projeto) deve ser coberto por contribuições privadas ou públicas. Quando tais contribuições provenham de fontes privadas, deixam de se enquadrar no contexto da legislação sobre auxílio estatal. No entanto, quando se verificarem contribuições de recursos públicos de um Estado-Membro para projetos que envolvam «atividades económicas», ou seja, a oferta de bens e serviços no mercado, tais projetos devem ser concebidos de forma a que as eventuais contribuições públicas cumpram os normativos sobre auxílio estatal a todos os níveis, designadamente, a nível do proprietário, do construtor e/ou do operador do projeto ou instalação. Nestes casos, o financiamento público disponibilizado deve harmonizar-se com os requisitos do Regulamento de minimis ou com as condições estipuladas no Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGIC) ou na Decisão sobre Serviços de Interesse Económico Geral (SIEG).

As secções 4.4.6 e 4.4.7 das Diretrizes da UIA fornecem informações circunstanciadas sobre contratação pública e auxílio estatal.

9. Como obter assistência

Os técnicos do SP estarão disponíveis para prestar apoio aos candidatos em eventuais questões técnicas que possam surgir durante o Convite à Apresentação de Propostas. Poderá encontrar os dados de contacto no sítio Web UIA.

O SP organizará ainda 4 Seminários para Candidatos em diferentes cidades europeias. Poderá consultar as datas e os locais destes Seminários para Candidatos na secção «Eventos» do sítio Web UIA.

Além disso, serão organizados webinars sobre aspetos específicos do desenvolvimento e apresentação de projetos. Poderá consultar as datas e os tópicos dos webinars na secção «Eventos» do sítio Web UIA.

10. Datas principais

- 15/12/2017 – Lançamento do terceiro Convite à Apresentação de Propostas
- 01/2018 – 02/2018 – Seminários e webinars para candidatos
- 30/03/2018 – Data limite de apresentação dos Formulários de Candidatura
- 10/2018 – Data indicativa da decisão final da aprovação de projetos
- 11/2018 – Data indicativa de início dos projetos aprovados

Esperamos contar com os vossos projetos em breve!